

Título: RECONHECIMENTO, IDENTIDADE COLETIVA E SOBREVIVÊNCIA: DESAFIOS DO MULTICULTURALISMO

Aline Cristina Oliveira do Carmo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IFCH / Departamento de Filosofia
Eixo temático: Filosofia e Cultura

Partimos da análise da obra *A Política do Reconhecimento* (1989), na qual o filósofo Charles Taylor afirma que a identidade de todo indivíduo é dotado de um caráter dialógico, cuja especificidade exige o devido reconhecimento do outro para que sua personalidade se desenvolva de modo saudável. No plano político, o exercício da democracia exige a diversidade de idéias e de modos de vida, sendo os seus princípios fundantes da liberdade e da igualdade melhor expressos através da doutrina dos direitos humanos, a qual imprime a cada pessoa um certo valor moral intrínseco, fundado na idéia de que todo ser humano deve ser protegido pelo Estado contra agressões que violem sua própria condição humana. Nesse sentido é estabelecida a prioridade de uma justiça neutra, fundada em valores morais universais sobre o bem, o qual constitui e é constituído da narrativa pessoal e coletiva de um dado grupo social, contribuindo para a formação de sua identidade.

A abordagem proposta por Will Kymlicka consegue clarificar muitos pontos dessa complexa discussão, uma vez que distingue o problema da origem dos fundamentos morais das políticas de direitos humanos, admitidas formalmente em praticamente todas as democracias do ocidente, e a questão que parte do reconhecimento da insuficiência dessas políticas em proteger os direitos de grupos sociais com características identitárias próprias. A principal demanda de fundo desses grupos é a permanência dos seus modos de vida, como forma de garantir a diversidade. Desse modo, o filósofo defende a importância dos direitos humanos serem suplementados com direitos focados para as minorias nacionais, visto que, caso contrário, tais princípios poderão ser utilizados como instrumentos para perpetuar injustiças, como a subjugação de um grupo – tido como majoritário – sobre outro. Nesse sentido, pensar a questão do reconhecimento de determinadas identidades coletivas em um Estado liberal através de políticas públicas específicas, diz respeito à sobrevivência do próprio estado democrático de direito, na medida em que tais demandas se dão, no fundo, como uma resistência à homogeneização cultural de uma globalização de massa.

Com isso, pôde-se chegar a um aprofundamento na abordagem feita por Taylor a respeito da política do reconhecimento em sociedades multiculturalistas, de modo a considerar o seu impacto na filosofia política contemporânea inclusive no Brasil, visto que a agenda política do atual governo, notadamente liberal, visa explicitamente tratar do reconhecimento de identidades minoritárias e historicamente marginalizadas.

Palavras-chave: identidade, reconhecimento, multiculturalismo, igualdade, liberdade.